

MOBILIZAÇÃO

Números da arrecadação desmontam argumentos da reitoria *Arrecadação está crescendo, chegou a hora de preparar nossa mobilização contra a política de arrocho do reitor Knobel*

Quinta-feira passada (15) o STU se reuniu com a Administração Central para discutir os números do orçamento e as demandas técnicas da categoria.

Apesar do esforço do sindicato em viabilizar o fundo de salário e benefício e de reivindicar a extensão dos 3,5% para todos os servidores, a reitoria, mas uma vez, se esquivou dos números apresentados pelo sindicato sob a justificativa de que o crescimento do ICMS não representava uma melhora nas reservas orçamentárias. Se tivesse sido implementado no começo do segundo semestre do ano passado, o fundo renderia aos trabalhadores R\$ 2.200 ou três auxílios alimentação.

O STU questionou a reitoria sobre o erro apontado, em reuniões da CAD e da COP, nas planilhas de previsões

orçamentárias, onde apresentam os gastos do ano anterior e lançam em duplicidade na planilha desse ano. Para explicar a situação a reitoria fez um malabarismo nas contas dizendo que foram “desmembrados os dados originais, a fim de pormenorizá-lo”. Ao que parece há um grave erro no lançamento das despesas.

O sindicato cobrou ainda mais transparência na divulgação das informações financeiras da Universidade.

Mas depois de longas horas de discussão a reunião foi encerrada sem avanço nas questões econômicas, demonstrando que a política salarial do reitor beneficia os que estão no teto salarial e trata com descaso os trabalhadores que estão com salários defasados há pelo menos três anos.

STU convoca Assembleia Geral

Diante do impasse convocamos a categoria para a Assembleia Geral, dia 27/03, às 12h, no CB, para discutir o indicativo de paralisação na reunião do Consu prevista para 3 de abril.

Vamos discutir também a organização da nossa luta frente à intransigência da reitoria.

REUNIÃO DE UNIDADE

21/03 (quarta-feira)

14h: SVC (Vigilante)

22/03 (quinta-feira)

9h: FEA

10h: SEMI CAMP

10h: Casa de Repouso

Reitoria “cobra” os trabalhadores por benefícios concedidos pelo GGBS

O STU realizou na última quinta-feira (15), uma reunião na PG (Procuradoria Geral) da Unicamp, com os procuradores Dr. Otacílio e a Dra. Luciana, referente aos telegramas que vários servidores receberam cobrando a devolução de benefícios concedidos pelo GGBS.

Segundo as informações prestadas pela PG, a Unicamp foi acionada pelo Ministério Público a partir de uma denúncia. Imediatamente criou uma comissão interna, que realizou auditoria nas contas do GGBS dos últimos cinco anos. Informaram que a auditoria constatou muitas concessões sem que houvesse documentos comprobatórios que as justificassem. Por este motivo, encaminharam 198 telegramas para os trabalhadores, que foram beneficiados pelo programa PROSSERES ou através de outro benefício social.

O Dr. Otacílio afirmou que todos que receberam o telegrama terão que justificar o benefício recebido dentro do prazo de trinta dias a partir do recebimento, e que caberá ao Reitor avaliá-las. O Procu-

rador entende que as pessoas não agiram de má fé quando da solicitação e nem na utilização dos benefícios.

O STU disse na reunião que não houve nenhuma irregularidade por parte dos trabalhadores que solicitaram os benefícios, uma vez que seguiram todas as normativas previstas e as orientações fornecidas pelos funcionários do GGBS. Entende também que todos os valores concedidos foram a título de benefícios aos trabalhadores, como demonstrado no próprio nome do órgão: Grupo Gestor de Benefícios Sociais.

O STU reafirma sua posição de que os trabalhadores não devem ser prejudicados. Se houve erro na metodologia aplicada pelo GGBS, e com a anuência de reitores das gestões anteriores, cabe a atual reitoria assumir os erros e os prejuízos, desde que devidamente apurados e dados os devidos direitos ao contraditório.

O reitor Knobel continua com a política de tirar de quem tem menos. Depois de reduzir os valores das GRs; de ter aumentado o preço do bandeirão e do reajus-

te zero do ano passado; agora querer cobrar dos trabalhadores que receberam as concessões do GGBS que, neste momento, estão em situação de vulnerabilidade precisando de apoio do órgão de benefícios para poder continuar estudando, adquirir remédios, continuar tratamentos de saúde, entre outras despesas; o reitor Knobel contraria a própria natureza do órgão, inclusive fechando postos de atendimento do GGBS como ocorreu na unidade que fica no Pavilhão Básico.

O STU apontou que os trabalhadores estão respaldados pelas diversas Instruções Normativas e Resoluções vigentes. Mas a atual reitoria só cobra a conta daqueles que ganham menos e que mais precisam de apoio das políticas sociais do GGBS.

O sindicato coloca o jurídico para orientar todos os trabalhadores nas justificativas a serem apresentadas e a acompanhar todo o desenrolar do processo para que não haja nenhuma injustiça.

Acompanhe as notícias nos boletins e mais informações na próxima reunião que será chamada para tratar do assunto.

Marielle Franco é símbolo de luta por direitos

Na quinta-feira passada (15), por ocasião do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), do Rio de Janeiro, a comunidade universitária da Unicamp fez uma vigília em frente às escadarias do IFCH com o chamado “Jovens negras movendo as estruturas”, o mesmo nome do evento onde estava Marielle momentos antes de ser morta, no Rio. Em seguida os manifestantes rumaram para o ato no Centro de Campinas que reuniu centenas de pessoas num protesto contra esse crime violento.

Marielle foi executada com quatro tiros na cabeça. Seu motorista morreu com ela e sua assessora sobreviveu ao brutal ataque.

Mulher, negra, LGBT, de origem pobre aprendeu a erguer a voz contra a injustiça que a cercava quando percebeu que precisava lutar muito para ter acesso à educação e garantir seus direitos. Formou-se socióloga e ganhou destaque estadual na defesa dos Direitos Humanos e contra a barbárie das milícias e polícias. Em 2016 se tornou a quinta vereadora mais votada da cidade do RJ, em sua primeira disputa eleitoral, e a terceira mulher negra a ocupar o parlamento fluminense.

Nos últimos dias tinha sido nomeada Relatora da Comissão da Câmara de vereadores do RJ, que iria acompanhar a intervenção federal, apurando e de-

nunciando os abusos. E havia feito denúncias contra a PM do RJ, em especial o 41º Batalhão da Polícia Militar, considerado o mais letal e famoso por aterrorizar e violentar os moradores de Acari.

Quando matam a autoridade responsável por denunciar e por ter denunciado, principalmente quando ela emerge da meio excluído da sociedade, é sinal de que não há qualquer controle civil sobre a intervenção e pior, que nossa democracia está profundamente ameaçada.

No Brasil milhares de pessoas se uniram para reafirmar que a saída para a crise passa pela retomada da nossa democracia. E também pelo investimento em políticas públicas de inclusão social que garanta direitos aos excluídos.

Marielle é símbolo da luta do povo pobre e negro das favelas brasileiras, que diariamente enfrenta a violência e a falta de direitos. Por isso, precisamos seguir resistindo: lutando pela vida, pelo direito à fala... lutando contra o golpe que arrasa a nossa democracia e massacra diariamente a vida de inocentes.

A diretoria do STU se soma às milhares de vozes brasileiras que cobram justiça e o fim da intervenção no RJ e que prometem: vamos transformar o luto em luta!

Marielle, Presente!

Fonte: com informações do Portal Vermelho e Marina Rebelo (AEL/Unicamp)

Apoio à greve dos professores da Rede Municipal São Paulo

A greve do funcionalismo público da Prefeitura de São Paulo, iniciada dia 8 de março está crescendo. Eles estão em luta contra o projeto do prefeito João Dória (PSDB), intitulado o PL do Extermínio (621/16), que aumenta de 11% para 14% a contribuição previdenciária de todos os servidores municipais paulistanos e ainda por cima cria uma alíquota complementar de até 5% a depender da faixa salarial dos servidores. Essa contribuição complementar compulsória vai até o ano de 2092 e representa um confisco aos salários desses trabalhadores.

Num ato realizado recente pelo sindicato da categoria os servidores foram “repcionados” com violência extrema praticada pelas forças policiais.

Diante desse quadro de indignação que representa a redução salarial de milhares de famílias, da repressão aos trabalhadores em luta e da tentativa de implementar uma reforma da previdência que só beneficia os banqueiros, os trabalhadores da Unicamp manifestam apoio a essa importante luta que a categoria vem conduzindo, evidenciando que a força para resistir e avançar está na nossa capacidade de mobilização.

Pela legitimidade da luta também comunicamos que os trabalhadores do Sindicato das Universidades e Colégios (UCU), da Kings College London (KCL), enviaram mensagem de apoio ao movimento dos servidores da Educação de SP. Leia nota em: <https://www.kcl.ac.uk/unions/ucu/index.aspx>.

Correio Popular: greve dos jornalistas completa um mês

A greve dos jornalistas da RAC (Rede Anhanguera de Comunicação), que edita os jornais Correio Popular e Notícias Já, as revistas Metrôpole e VCP News, e o site de notícias *Correio.com.br*, completou um mês na semana passada. Esta é a maior paralisação da história da categoria no estado de São Paulo. Os profissionais seguem de braços cruzados aguardando julgamento do caso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região por falta de acordo diante da intransigência da empresa.

Os atrasos nos pagamentos de salários e benefícios no grupo de comunicação ocorrem há dois anos. Além dos salários de dezembro, janeiro e fevereiro, a RAC deve o 13º de 2017, seis meses de vales refeição e alimentação, e quem saiu de férias nos últimos dois anos não recebeu um terço de salário adicional. Existem, ainda, irregularidades nos depósitos do FGTS, que já fizeram a rede ser multada pelo Ministério do Trabalho, e no recolhimento do Imposto de Renda que,

apesar de descontado em folha, não está sendo repassado à Receita Federal e vários jornalistas caíram na malha fina.

O STU manifesta seu apoio aos trabalhadores em greve da RAC por defender que essa luta é fundamental para garantir seus direitos trabalhistas legítimos.

Fundo de greve

Quem quiser contribuir com o fundo de greve, pode doar cestas básicas à Regional Campinas do Sindicato dos Jornalistas, que fica na Rua Dr. Quirino, 1319, 9º andar, no Centro. Também é possível depositar qualquer quantia na conta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (CNPJ 62.584.230.0001-00) na Caixa Econômica Federal: Agência 4070 / Conta corrente 1143-3. Caso o depósito ou transferência seja entre contas da Caixa, o código da operação é 003. A renda doado ao fundo de greve será destinada ao pagamento emergencial dos grevistas que estão com salários atrasados.

ATENÇÃO TRABALHADORES DA FT/LIMEIRA

Nesta quinta-feira (22), das 9 às 12h, tem reunião com a assessoria jurídica do STU sobre Reforma Trabalhista. Venha discutir como as mudanças na legislação vão afetar sua vida funcional e se organizar para impedir o avanço dos ataques aos nossos direitos.